



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2019

ANEXO 01

Cargo, Nº de Vagas, Jornada Semanal de Trabalho, Remuneração Mensal e Escolaridade Mínima/Pré-requisitos

Cargos do Nível de Ensino Médio:

Cargo	Nº de Vagas	Jornada Semanal de Trabalho	Remuneração Mensal	Escolaridade Mínima/Pré-requisitos
Agente Administrativo I	3	40 horas*	R\$ 1.540,93 + R\$ 582,34 (vale alimentação)	Ensino médio completo. Idade mínima de 18 anos completos.

* 40 horas semanais ou 30 horas quando o Poder Legislativo assim definir.

Cargos do Nível de Ensino Superior:

Cargo	Nº de Vagas	Jornada Semanal de Trabalho	Remuneração Mensal	Escolaridade Mínima/Pré-requisitos
Analista de Revisão Textual	1	40 horas*	R\$ 2.398,80 + R\$ 582,34 (vale alimentação)	Diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior de graduação em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Idade mínima de 18 anos completos.
Analista Jurídico	1	40 horas*	R\$ 2.398,80 + R\$ 582,34 (vale alimentação)	Diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior de graduação em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. Idade mínima de 18 anos completos.
Analista de Controle Interno	1	40 horas*	R\$ 2.398,80 + R\$ 582,34 (vale alimentação)	Diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior de graduação em Administração Pública ou Contabilidade, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior completo em Ciências Jurídicas, ou Direito, ou Ciências Contábeis, ou Contabilidade, ou Ciências da Administração, ou Administração Pública, ou Gestão Pública, ou Administração Pública, ou Ciências Econômicas, ou Economia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Inscrição no respectivo Conselho, nos casos previstos em Lei. Idade mínima de 18 anos completos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara Municipal de Itapoá

*40 horas semanais ou 30 horas quando o Poder Legislativo assim definir.